

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.037.457 - SP (2016/0337190-0)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : ANTONIO COUTINHO
ADVOGADOS : PATRÍCIA DA COSTA CAÇÃO - SP154380
ANDRÉ LUIS CAZU - SP200965
MAURÍCIO FERNANDES CAÇÃO E OUTRO(S) - SP298159
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ANTONIO COUTINHO contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que não admitiu recurso especial fundado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional em desafio a acórdão assim ementado (e-STJ fls. 517/518):

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO LEGAL. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO/ESPECIAL. DECISÃO MANTIDA.

- Agravo da parte autora insurgindo-se contra os períodos de tempo de serviço não reconhecidos pela decisão monocrática.

- Quanto aos interregnos de 06/05/1976 a 22/12/1977, 01/02/1978 a 12/05/1978 e 17/03/1980 a 21/10/1985, em que o demandante foi tecelão, não foram apresentados formulários, laudos e PPP para comprovar a presença de agentes nocivos, bem como a sua função não perfila nos róis dos Decretos nº 53.831/64 e 83.080/79, não podendo ser reconhecido como especial.

- A decisão monocrática com fundamento no art. 557, caput e § 1º - A, do C.P.C., que confere poderes ao relator para decidir recurso manifestamente improcedente, prejudicado, deserto, intempestivo ou contrário a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior, sem submetê-lo ao órgão colegiado, não importa em infringência ao CPC ou aos princípios do direito.

- É assente a orientação pretoriana no sentido de que o órgão colegiado não deve modificar a decisão do Relator, salvo na hipótese em que a decisão impugnada não estiver devidamente fundamentada, ou padecer dos vícios da ilegalidade e abuso de poder, e for passível de resultar lesão irreparável ou de difícil reparação à parte.

- Agravo improvido.

No especial obstaculizado, o recorrente alegou que restou demonstrada a especialidade do labor exercido, em virtude de a atividade de tecelão ser considerada insalubre nos termos do Parecer n. 85/78 do Ministério do Trabalho.

Segundo defendeu que (e-STJ fl. 546):

inobstante o Parecer 85/1978 do Ministério do Trabalho não seja uma lei, o mesmo é revestido dos Poderes da Lei, motivo pelo qual deverá ser totalmente respeitado tanto na análise administrativa como na esfera judicial.

Desta forma, resta evidente que o recorrente possui o direito em ver-se computado como atividade especial os períodos de 06/05/76 a 22/12/77, 01/02/78 a 12/05/78, 17/03/80 a 21/10/85, posto que em todos os períodos sempre exerceu a função de tecelão, a qual é passível de reconhecimento da especialidade da atividade exercida pelo mero enquadramento, por analogia aos itens nº 2.5.1 do Decreto nº 53.831/64 e nº 1.2.11 do Decreto nº

83.080/79, de acordo com o Parecer nº 85/78 do Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

Transcorrido *in albis* o prazo para contrarrazões, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que o julgado foi baseado em matéria fática, cuja alteração esbarra na Súmula 7 do STJ.

Na presente irresignação, o agravante sustenta que a solução não requer o reexame de matéria fática, mas apenas a aplicação da norma de regência.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

Feito esse esclarecimento, verifico que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade do agravo. Entretanto, o recurso especial não merece ser conhecido.

Inicialmente, cumpre ressaltar que, no que tange ao enquadramento da atividade profissional de tecelão para o reconhecimento da atividade especial, verifica-se que o recorrente baseia toda a sua argumentação no Parecer n. 85/78 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Assim, a eventual violação de lei federal seria meramente reflexa, já que seria necessária a análise do citado parecer para chegar à conclusão pretendida. Porém, esse ato normativo não se enquadra no "conceito de 'tratado ou lei federal' de que cuida o artigo 105, III, a, da Constituição Federal de 1988" (AREsp. 1.004.671/RS, Rel. Min. Mauro Campbell, DJe 18/11/2016), não podendo ser feita sua análise em sede de recurso especial.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. DISPOSITIVOS DE RESOLUÇÕES DA ANEEL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM RECURSO ESPECIAL. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INTERRUÇÃO DO FORNECIMENTO. DÉBITO APURADO UNILATERALMENTE PELA CONCESSIONÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83/STJ.

1. A suposta contrariedade a pareceres e portarias ministeriais não é passível de análise em sede de recurso especial, uma vez que não se encontra inserida no conceito de lei federal, nos termos do art. 105, inciso III, da Carta Magna.

2. O Tribunal de origem decidiu de acordo com jurisprudência desta Corte, no sentido de que é ilegítima a interrupção do serviço se o débito decorrer de irregularidade no medidor de energia elétrica apurada unilateralmente pela concessionária. Incidência da Súmula 83/STJ: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida." Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 328.565/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/06/2013, DJe 28/06/2013) (Grifos acrescidos)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ENSINO SUPERIOR. RESPONSABILIDADE CIVIL. RECUSA DE REGISTRO DE DIPLOMA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC INOCORRENTE. DANOS MORAIS. NEXO DE CAUSALIDADE. EXISTÊNCIA. PRETENSÃO QUE ENCONTRA ÓBICE NA SÚMULA 7/STJ. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO PRÉVIA DE PARECER DO CNE. DIPLOMA QUE NÃO SE ENQUADRA NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. OFENSA MERAMENTE REFLEXA.

1. Constatado que a Corte de origem empregou fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia, é de se afastar a alegada violação do art. 535 do CPC.

2. A revisão da conclusão a que chegou o Tribunal de origem acerca da responsabilidade do Estado do Paraná pelos danos morais sofridos, demanda o reexame dos fatos e provas constantes dos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula n. 7 do STJ.

3. O conhecimento da pretensão recursal perpassa necessariamente pela interpretação dos Pareceres n. 139/2007 e n. 290/2006, ambos do CNE, motivo pelo qual eventual violação dos arts. 2º, parágrafo único, inciso XIII, da Lei n. 9.784/1999 e 46, § 1º da LDB, caso existente, seria meramente reflexa e, portanto, inviável de ser analisada pela estreita via do recurso especial.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1506509/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/05/2015, DJe 10/06/2015).

Ademais, ainda que assim não fosse, o recurso não mereceria conhecimento. Isso porque, na análise da atividade laboral exercida pelo segurado, o Tribunal de origem assim se pronunciou (e-STJ fl.513):

Ressalte-se que, quanto aos interregnos de 06/05/1976 a 22/12/1977, 01/02/1978 a 12/05/1978 e 17/03/1980 a 21/10/1985, em que o demandante foi tecelão, não foram apresentados formulários, laudos e PPP para comprovar a presença de agentes nocivos, bem como a sua função não perfila nos róis dos Decretos nº 53.831/64 e 83.080/79, não podendo ser reconhecido como especial.

Dessa forma, verifica-se no acórdão recorrido que o Tribunal de origem decidiu a questão ora ventilada à luz do suporte fático-probatório constante nos autos, cuja revisão é inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice estampado na Súmula 7 do STJ.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, “a”, do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

